

As transformações nos processos produtivos e suas conseqüências para os trabalhadores na passagem do modelo de acumulação fordista/keynesiano para o flexível/liberal

*Cesar Fernando Ribeiro**

Resumo

Na década de 1970 o sistema do capital passou por uma grave crise estrutural que o levou a buscar novas formas de produção para recuperar a taxa de lucro para acumulação, para tanto, ocorreram modificações nos processos de produtivos e, principalmente, modificações nas condições de trabalho dos trabalhadores. Sendo assim esse artigo analisa como que, na esfera de produção capitalista, ocorreram as mudanças nos processos produtivos, a reorganização do Estado Moderno e quais foram as conseqüências para a classe trabalhadora, na passagem do modelo fordista/keynesiano para o flexível/liberal.

Palavras-chave: capital, Estado, trabalho, trabalhadores.

* Bacharel e Licenciado em História – UNESP / Franca. Especialista em Ciências Humanas: *Cidadania e Cultura* – UNICAMP. Professor da rede pública e privada de ensino de São Paulo.

Área de interesse: Sociologia do Trabalho, História do Trabalho, História Econômica.

Última Publicação: RIBEIRO, C. F. “Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico: a dependência da América Latina.” *Revista de Economia Política e História Política*, São Paulo, n. 7, p. 39-46, jun. 2007. Disponível em: <http://rephe01.googlepages.com/rephe07.pdf>.

Abstract

In the decade of 1970 the capital system went by a serious structural crisis that it took it to look for new production forms to recover the profit tax of accumulation, so, they made modifications in the processes of productive and, mainly, modifications in the conditions of the workers' work. Being like this, the article analyzes how, in the capitalist sphere production, the changes happened in the productive processes, the reorganization of the Modern State and which were the consequences for the working class, in the passage of the model fordista/keynesiano for the flexible/liberal.

Keywords: capital, State, work, hard-working

As transformações nos processos produtivos e suas conseqüências para os trabalhadores na passagem do modelo de acumulação fordista/keynesiano para o flexível/liberal

As mudanças ocorridas no processo de acumulação do capital, a partir da década de 1970, têm gerado inquietação nos pesquisadores e suscitado grandes debates acerca do tema. Após a crise estrutural do capital e o conseqüente esgotamento da sociedade fordista e do Estado keynesiano, as mutações nos processos produtivos tem sido de grande relevância para a manutenção da exploração capitalista frente os trabalhadores. Porém “há sempre o perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica.” [HARVEY, 2002: 119]. Ou seja, é necessário salientar que essas modificações ocorridas na passagem do fordismo para novas formas mais flexíveis de acumulação, são resultados evidentes da reação do capital frente à crise estrutural. Negar que a sociedade mudou, seria um disparate. Por outro lado, propor uma sociedade totalmente nova e desconexa da realidade de exploração capitalista seria falta de observação empírica. Na opinião de Ricardo Antunes “... as mudanças em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação.” [2005: 50]

Dentro dessa perspectiva, pretendo analisar como que, na esfera de produção capitalista, ocorreram as mudanças nos processos produtivos, a reorganização do Estado

Moderno e quais foram as conseqüências para a classe trabalhadora, na passagem do modelo fordista/keynesiano para o flexível/liberal.

A crise estrutural do capital no início da década de 1970 pode ser caracterizada pelos seguintes fatos: queda da taxa de lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; autonomia do capital financeiro; concentração das empresas monopolistas; crise do *welfare state* [ANTUNES, 2005: 29-30] e excessivos investimentos de capital fixo em larga escala, implicados pela rigidez do fordismo, tanto na esfera de processo produtivo quanto nos contratos trabalhistas. [HARVEY, 2002: 135].

Nessa contextualização, o sistema do capital vai buscar formas de recuperar a taxa de lucro para acumulação, combatendo: na esfera produtiva, os trabalhadores altamente organizados, frutos do operário-massa¹ do fordismo; e os tempos mortos, desperdiçados, da longa cadeia produtiva fordista. Ao cabo, a reorganização do sistema do capital, vai controlar o trabalho para a continuidade de sua expansão global de dominação.

A grande indústria difundida durante as primeiras décadas do século XX, se desenvolveu pautada na gerência de tempo científica de Taylor e na produção seriada de massa de Ford, caracterizando fábricas concentradas e verticalizadas. O trabalho, nesse modelo, era dividido entre gerência de elaboração e execução, ou seja, havia a divisão entre produção e controle, fato que estimulou o crescimento do operário-massa.

Conseqüentemente ao desenvolvimento do taylorismo/fordismo no Ocidente, respeitando o contexto histórico, houve a necessidade de garantir melhorias sociais aos trabalhadores, para evitar que as reivindicações trabalhistas e sociais ganhassem contornos de uma revolução socialista. Dessa forma a solução encontrada foi a política do Estado de bem estar social, ou a política do *welfare state*, que, por meio do assistencialismo estatal, garantia aos trabalhadores melhores condições de vida.

Aqui fica clara a função do Estado como mediador das relações entre capital e trabalho, assumindo o “...’compromisso’ que implementava ganhos sociais e seguridade

¹ Trabalhador fordista que tem sua dimensão intelectual do trabalho suprimida, mas que cria unidade dentro da classe trabalhadora.

social para os trabalhadores dos países centrais...” [ANTUNES, 2005: 38].² Na verdade, essas práticas já eram realizadas por Henry Ford em suas empresas e o Estado só irá assumir essas atividades a partir do governo de Franklin Delano Roosevelt [1933-1945], com seu programa de recuperação da economia, *New Deal*, nos Estados Unidos da América. [HARVEY, 2002: 122].

O Estado Moderno tem função preponderante no sistema do capital, onde ele exerce o controle abrangente da sociedade e apresenta-se como elemento estruturador do próprio capitalismo. Portanto toda crise estrutural do sistema do capital remete necessariamente a uma crise do Estado Moderno e, para que se retome as taxas de lucro e o controle sociometabólico da produção, é necessário que ambos se reestruturem, pois são um só.

“Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis”. [MÉSZÁROS, 2002: 119].

Porém essa relação de reciprocidade do Estado Moderno e do sistema do capital, não quer dizer que o capital tem a marca de um único Estado. Muito pelo contrário, o capital, com seu sistema inerente de expansão global, utiliza os Estados sem dever-lhes fidelidade. As empresas transnacionais suplantaram as divisões político/territoriais e utilizam os Estados como mediadores das relações entre capital e trabalhadores, como força de controle sobre determinados grupos que, por ventura, não se submetam a exploração do capital. [BERNARDO, 2000: 39].

Assim, como citamos anteriormente, a crise estrutural do capital no início dos anos 70, também é uma crise do Estado Moderno e que, inevitavelmente, ambos terão que se reestruturar para superarem o estancamento econômico e controlarem os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

O Estado keynesiano, nesse momento, passa por grandes dificuldades no sentido de garantir o acesso para os trabalhadores, aos benefícios que nas décadas de 1940 e 50 eram concedidos, como, por exemplo, assistência médica e jurídica, educação e saúde. O Estado encontra-se numa situação crítica, onde os gastos públicos para a manutenção das práticas

² Os países periféricos não participaram desse ‘compromisso’, servindo como base de sustentação das economias dos países centrais.

assistencialistas, são enormes, e a arrecadação tributária sofre com a queda na taxa de lucro das empresas capitalistas, gerando um déficit constante nas finanças estatais. Essa crise encontrou seu ponto alto após a forte deflação de 1973-75, onde a cidade de Nova Iorque – um dos maiores orçamentos públicos do globo – decretou sua falência técnica. [HARVEY, 2002: 137].

Paralelamente a crise do Estado e a diminuição da taxa de lucro do sistema do capital, explodem manifestações trabalhistas e de outros grupos sociais pelo mundo. Obviamente que motivadas pela crise, porém, é válido lembrar, que essa parte da população que está reivindicando melhorias e reconhecimento, é composta por um grupo de trabalhadores homogêneo, coeso e massificado, fruto do próprio sistema taylorista/fordista que criou o operário-massa, e que agora se organiza na luta social contra a exploração capitalista. [ANTUNES, 2005: 41]

Frente a essas dificuldades e a esse panorama, o sistema do capital se reestruturará, bem como, o Estado também buscará sua desoneração e a sua desobrigação de garantir diversos benefícios para a população. Assim será inaugurado, nos países capitalistas centrais, o Estado Neoliberal, que terá como principais expoentes os governos de Margareth Thatcher [1979-1990], na Inglaterra, e de Ronald Reagan [1981-1989], nos Estados Unidos.

Este novo Estado prevê o fim do assistencialismo estatal e a transferência da garantia plena dos benefícios, para a iniciativa privada. Porém os trabalhadores continuam num padrão salarial fordista e a sua contribuição ao Estado se mantém. Sendo assim a população paga duas vezes para ser contemplada em determinado serviço. É o que Alain Bihl chama de serviços de “dupla face”, onde o trabalhador contribui para o Estado oferecer serviços mínimos, por exemplo, de saúde e de previdência, em contrapartida, o contribuinte ainda paga, às instituições privadas, o plano de saúde e a previdência, para que este disponha plenamente desses serviços. [1998: 97].

No âmbito dos processos produtivos, a reestruturação produtiva se deu a partir de diversas experiências como, por exemplo, a Terceira Itália, o Toyotismo e o Volvismo. Apesar de cada um desses novos processos terem suas particularidades, num plano geral, podemos caracterizá-los como formas *flexíveis* de produção, de organização e de contratos de trabalho, rompendo com o ideário fordista de *rigidez*. Também é grande a ingerência de

autômatos e robôs na produção como meio de potencializar a exploração da mais valia dos trabalhadores nesses novos modelos.

Tomando como exemplo o modelo japonês, o Toyotismo, ele se caracteriza por: uma produção heterogênea, vinculada à demanda; trabalhador polivalente capaz de monitorar e interagir com diversas máquinas automatizadas ao mesmo tempo; trabalho em equipe supervisionado pelos próprios trabalhadores e pelo controle informático de produção, o *soft control*; a fábrica horizontal; o estoque mínimo [*Kanban*]; a produção *Just in time*, que busca reduzir os tempos mortos na produção; e o CCQ [Centro de Controle de Qualidade], onde os trabalhadores são instigados a discutir e melhorar o desempenho da produção. [ANTUNES, 2005: 54-5; BIHR, 1998: 90; CORIAT, 1994].

Não perdendo de vista os objetivos centrais da reestruturação do capital, que é a retomada do crescimento da taxa de lucro, essas mudanças aparentes nos processos produtivos são para a pontecialização da exploração da mais valia e também a garantia do controle das lutas sociais. Sendo assim, a reorganização da produção vem para limitar e degradar as conquistas dos trabalhadores.

Dessa maneira os princípios do toyotismo vão emergir uma nova fábrica. Não mais aquela que comportava todos os setores do processo de concepção do produto, mas sim uma *fábrica mínima*, ou *fábrica fluída*. Nessa fábrica o produto final será concebido, a partir de diversas empresas que irão fornecer peças e produtos secundários para a composição do produto acabado. Essas “empresas secundárias” produzirão conforme a demanda, ou seja, não terão estabilidade de produção, portanto, também não terão trabalhadores estáveis, abrindo um campo de degradação para a mão-de-obra humana.

Com a diluição da produção, ocorre igualmente a diluição dos trabalhadores, principalmente, no que diz respeito, as suas relações jurídicas de trabalho. As formas flexíveis de produção geraram três tipos de trabalhadores: os *estáveis*, que mantém relativamente seus empregos; os *excluídos* que caem no desemprego de longa duração [mais de um ano]; e os *instáveis*, grupo que oscila entre os dois primeiros. Os *trabalhadores instáveis* compõem a categoria que mais cresce na produção flexível. Estes exercem funções como terceirizados, em tempo parcial, em empregos temporários, como estagiários e muitas vezes na economia subterrânea [atividades clandestinas], ocupações onde há, constantemente, ausência de

benefícios e o não cumprimento das leis trabalhistas. [BIHR, 1998: 85]. Esses trabalhadores acabam aceitando estas condições de trabalho para garantirem a própria subsistência e não se juntarem à camada dos *excluídos*.

Além da desregulamentação dos direitos trabalhistas e da precarização da mão-de-obra humana, essa instabilidade empregatícia – que contempla empregados e desempregados – gera a fragmentação no interior da classe trabalhadora. Conseqüentemente o sindicalismo de classe, que foi tão forte no final dos anos de 1960 e início dos 70, fica enfraquecido. [ANTUNES, 2005: 53]. Já o Estado contribui para a prevalência do controle do sistema do capital, regulamentando, juridicamente, a exploração de determinados trabalhadores *instáveis* como, por exemplo, os estagiários e temporários. Como afirma István Mészáros “... o princípio estruturador do Estado Moderno [...] é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente.” [2002: 121].

Na *fábrica flexível* é imprescindível a utilização da eletrônica programável, da automação e da robotização para que ocorra a redução dos tempos mortos. As inovações tecnológicas auxiliam na intensificação do trabalho, no aumento da produtividade dentro do espaço fabril e, por conseguinte, possibilitam a potencialização da exploração da mais-valia dos trabalhadores. Esses fatores favorecem a manutenção do controle sociometabólico do sistema do capital e a sua recuperação da taxa de lucro.

Segundo David Harvey “No ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como princípio organizador básico da vida econômica” [2002: 117]. Complemento ainda, que com o capital cada vez mais transnacionalizado e a economia mundial mais emaranhada, esse “princípio organizador básico” se torna global. Pois bem, dentro desse princípio, é preciso solucionar um problema inerente do sistema do capital, que é a relação entre produção e consumo. Como convencer as pessoas a consumirem continuamente passa a ser a pergunta mais cotidiana do capitalismo. E a cada momento histórico, essa pergunta se re-significa e proporciona respostas “salvadoras” para o sistema.

A resposta “salvadora” no contexto da indústria flexível parte de dois pressupostos: 1) a *intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias*³, que é maquiada pela “falácia da qualidade total”. Isso nada mais é do que os industriais diminuírem o tempo de durabilidade dos produtos. Ou seja, “... quanto mais ‘qualidade total’ os produtos devem ter, menor deve ser seu tempo de duração [...] [assim] os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado”. [ANTUNES, 2005: 50]; 2) a *moda fugaz*, ou até mesmo, instantânea. Ela auxilia diretamente o sistema do capital a acelerar o tempo de giro no consumo, exigindo mudanças rápidas e flexíveis dos produtos no mercado. [HARVEY, 2002: 148-9].

Tanto a *intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* quanto a *moda fugaz*, se conjugam entre si e com os novos processos de produção flexíveis. A baixa durabilidade dos produtos, a fugacidade da moda e a produção heterogênea por demanda se encaixam perfeitamente. Solucionando – ao menos momentaneamente – o problema da relação entre produção e consumo para o sistema do capital.

Esse aumento do consumo em curto espaço de tempo gera outro problema, que é a degradação do meio ambiente. A utilização desenfreada dos recursos naturais para a manutenção do controle sociometabólico do capital, demonstra mais uma contradição inerente e insolúvel desse sistema. Ao mesmo tempo em que o esgotamento da natureza contraria a existência da sociedade, a hiper utilização desses recursos mantém as taxas de acumulação de lucro, condição necessária para se evitar a crise do sistema.

Sendo assim, as novas formas de produção flexíveis reestruturaram o sistema do capital. Estas restabeleceram as taxas de lucro e controlaram as manifestações reivindicatórias dos trabalhadores, ou seja, colocaram momentaneamente o capitalismo em seu eixo estável. Conseqüentemente a classe submissa ao capital sofreu com o aumento da precarização do trabalho e com a diluição do sindicalismo de classe. A degradação do meio ambiente e dos recursos naturais formam mais um elemento constituinte desses novos processos produtivos. O Estado, agora Liberal, se reorganizou, conjuntamente ao sistema do capital para favorecê-lo e para garantir o controle dos grupos insubmissos.

³ Para maior aprofundamento ver Mészáros, 2002, capítulos 15 e 16.
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais
Ano 2, Volume 5, Dezembro 2008

Em suma, após longo período de acumulação fordista/keynesiana [1945-1973], o sistema do capital e o Estado entraram em colapso, o que é inerente a eles, porém, estes reestruturados, demonstraram sua vitalidade expandindo-se e dominando o globo, num novo padrão de acumulação flexível/liberal. Os trabalhadores sofreram conseqüências nefastas, no que diz respeito à precarização do trabalho e ao desmantelamento do sindicalismo de classe. São essas implicações que garantem, por hora, o controle sociometabólico do sistema do capital frente os trabalhadores.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. (2005), *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7ª reimpressão, São Paulo, Boitempo.

BERNARDO, João. (2000), *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?*. São Paulo, Boitempo.

BIHR, Alain. (1998), *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo, Boitempo.

CORIAT, Benjamin. (1994), *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro, Revan/UFRJ.

HARVEY, David. (2002), *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 11ª ed, São Paulo, Loyola.

MÉSZÁROS, István. (2002), *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, Boitempo.